



Senhor Presidente,

Veio a este Gabinete, para manifestação acerca de sua admissibilidade, o Pedido de Reexame, visto às fls. 510/521, interposto pelo representante legal do **Sr. Antônio Carlos de Andrade** (fl. 522).

2. Tal pedido refere-se ao contido no **item IV da Decisão n.º 3976/99** (fl. 464), adotada nestes autos, onde este Tribunal decidiu: aplicar ao Senhor Antônio Carlos de Andrade, nos termos do artigo 57, incisos II e IV, da Lei Complementar n.º 01, de 09/05/94, multa no valor de 5000 (cinco mil) Ufir, a ser recolhida aos cofres do Distrito Federal, por praticar atos de nomeação de candidatos aprovados no Concurso Público relativo ao Edital n.º 076/90-IDR, após 06/06/95, data da expiração do prazo de validade do certame, à vista do disposto no inciso III do artigo 37 da Constituição Federal e do artigo 19, inciso III, da Lei Orgânica do Distrito Federal, devendo encaminhar à Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, o comprovante do recolhimento.

3. Observa-se que, embora o presente instrumento esteja devidamente fundamentado nos termos do artigo 47 da Lei Complementar N.º 01 de 09/05/94, foi o mesmo interposto intempestivamente, uma vez que a decisão recorrida foi publicada em 06/07/99, sendo o pleiteante notificado, por meio do Ofício n.º 696/99-4ª ICE (fl.467), em **09/08/99**, conforme Aviso de Recebimento (fl.468) e o pedido protocolado neste Tribunal em **19/11/99**, portanto, fora do prazo de 30 dias previsto no art. 34 da Lei Complementar N.º 1, de 09/05/94.

4. Todavia, releva notar que as razões apresentadas pelo recorrente por não impetrar o pedido dentro do prazo legal, advêm da impossibilidade do mesmo de analisar a vasta documentação constante dos autos, aliada à dificuldade oriunda da mudança de Governo do Distrito Federal, que resultou na alteração da lotação de alguns servidores que o assessorava na Secretaria de Administração, na época em que se verificaram os fatos narrados nos autos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
*Quarta Inspeção de Controle Externo*

**TCDF - 4ªICE**

Folha n.º

Processo n.º 3699/91

Rubrica

5. Sendo assim, considerando as alegações do peticionário com propósito de justificar a intempestividade do pedido em exame e, ainda, com base no dispositivo constitucional que contempla o princípio do contraditório e ampla defesa, entende-se, s.m.j., que este Tribunal pode, em caráter excepcional, conhecer do pedido em tela.

6. Cumpre ressaltar que foram acostados às fls. 470 a 509, documentos em atenção ao Ofício GP n.º 1522/99 (fl.466); bem como a Nota n.º 163/99, da Consultoria Jurídica desta Presidência, encaminhando a cópia do acórdão prolatado no Agravo Regimental no Mandado de Segurança n.º 69526; e outros documentos relativos às portarias de nomeação e editais, que em virtude da análise prioritária do presente pedido, deixaram, no momento, de ser examinados, sendo em outra oportunidade objeto de análise .

7. Pelo exposto, sugere-se ao egrégio Plenário que:

I- conheça, excepcionalmente, do pedido de reexame em apelo, relevando a sua intempestividade;

II- dê ciência ao representante legal do interessado e à Secretaria de Administração do Distrito Federal do efeito suspensivo do recurso apresentado contra o item IV da Decisão n.º 3976/99, consoante estabelece o art. 1º c/c o art. 4º da Resolução N º 91, de 14 de outubro de 1997; e

III- determine a remessa dos autos a esta Inspeção para as providências pertinentes.

À elevada consideração de Vossa Excelência.

Brasília, 15 de dezembro de 1999.

**INÁCIO MAGALHÃES FILHO**

Inspetor

4ª ICE